



**COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL,  
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

**Relatório de Iniciativa**

<b>Iniciativa</b>	Mutirão Prisional
<b>Datas</b>	31 de março a 02 de abril de 2014
<b>Locais</b>	Florianópolis, São José e São Pedro de Alcântara (Santa Catarina)
<b>Unidades</b>	Penitenciária de São Pedro de Alcântara

**I – Deslocamento**

1. No dia 31.03.2014 houve o deslocamento, via aérea, de Belo Horizonte com destino a Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, em cuja região metropolitana se encontra São José e São Pedro de Alcântara, distantes, respectivamente, cerca de 17km e 37km.

**II – Desenvolvimento da iniciativa**

1. O desenvolvimento das atividades referentes a esta iniciativa da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) se pauta, também, na exposição das preocupações e objetivos do **Programa Segurança Sem Violência**.

O **Programa Segurança Sem Violência**, protagonizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), envolve o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário (MJ/SRJ), o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Segurança Pública e Administração Penitenciária (CONSEJE), o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

São objetivos e preocupações do **Programa Segurança Sem**

1/11

Sector de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 02, Lote 03, Brasília-DF, 70070-600  
Tel.: (61) 3366-9155 / 3366-9155 – Fax: (61) 3366-9155

Relatório de Iniciativa Mutirão Prisional São Pedro de Alcântara 2014.o/11

**Violência** os seguintes temas centrais:

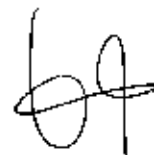
- a - Construção e melhoria das condições carcerárias;
- b - Implementação de medidas alternativas às penas privativas de liberdade;
- c - Assistência jurídica aos réus presos provisórios ou definitivos e agilização da tramitação dos processos penais com réus presos provisórios ou definitivos;
- d - Mecanismos de remição de pena com inserção social e mobilização da sociedade civil na ressocialização dos presos;
- e - Incentivos fiscais ou compensações aos entes federados onde será localizado o estabelecimento penal;
- f - Capacitação de gestores públicos e agentes penitenciários.

Nesta linha, portanto, desenvolveram-se as atividades a seguir referidas, suas conclusões e providências adotadas.

2. No dia 31.03.2014, a Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), representada pelos Promotores de Justiça de Minas Gerais, Henrique Nogueira Macedo e Ana Cecília Junqueira Gouvêa, Membros Auxiliares Colaboradores do CNMP, promoveu as atividades abaixo mencionadas.

3. **Ministério Público Estadual:** Reunião com Exmo. Sr. Promotor de Justiça Onofre José Carvalho Agostini, Coordenador do CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal, com o objetivo de colher dados acerca da situação vivenciada pelo Ministério Público em sede de execução penal no estado de Santa Catarina.

Nesta oportunidade restou consignada a séria situação ocasionada pela greve dos agentes penitenciários do Estado, notadamente em relação à Central de Triagem da Capital (Estreito), o que culminou na suspensão do mutirão carcerário (que provavelmente será iniciado em 22/04/2014), bem como a preocupação dos Promotores de Justiça com atribuições na execução penal em razão da adoção do "processo virtual", nos moldes



adotados pelo "cartório remoto".

Registre-se que, na sequência, houve reunião com o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Santa Catarina, João dos Passos Martins Neto, com o objetivo de coletar dados acerca da mencionada greve.

Visitou-se a 6ª Promotoria de Justiça de Florianópolis, com atribuições na execução penal, oportunidade em que o Exmo. Sr. Promotor de Justiça Fabrício José Cavalcanti externou as dificuldades que vem enfrentando com o "cartório remoto". Os feitos na respectiva Vara de Execuções Penais se encontram totalmente em formato virtual.

Reunião com o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, que contou com a presença do Coordenador do CCR e dos membros do GEEP abaixo mencionados, oportunidade em que houve a exposição por parte da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) dos objetivos dos trabalhos ora desenvolvidos.

Reunião com o GEEP – Grupo Estadual de Execuções Penais, que contou com a presença do Coordenador do CCR, bem como dos Promotores de Justiça João Carlos Teixeira Joaquim (Coordenador do GEEP / 14ª PJ de São José), Fabrício José Cavalcanti (6ª PJ de Florianópolis), Guilherme Schmidt (4ª PJ de Curitiba), Havah Emília P. de Araújo Mainhardt (12ª PJ de Itajaí) e Jussara Maria Viana (16ª PJ de Blumenau), todos com atribuições em execução penal.

Nesta reunião, houve exposição por parte do Ministério Público Estadual do tratamento dispensado ao sistema prisional e a exposição das dificuldades enfrentadas no trabalho cotidiano. Alguns dados expostos pelos Promotores de Justiça merecem particular registro: greve dos agentes penitenciários; interdição da Central de Triagem da Capital (Estreito); superlotação do Presídio de Blumenau; processo virtual e sua interação com o SIG – sistema de informação e gestão do MPSC; instalação



das centrais de penas alternativas.

No tocante à greve dos agentes penitenciários e à interdição da Central de Triagem da Capital (Estreito), conhecida como "Cadeião", consultar as anotações dos itens 4 (reunião com o Procurador-Geral do Estado) e 9 (reunião com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania).

Os Promotores de Justiça membros do GEEP informaram que a unidade prisional do Estado que mais inspira atenção atualmente é o Presídio de Blumenau, distante cerca de 150 km da Capital. A Exma. Sra. Promotora de Justiça Jussara Maria Viana noticiou que o presídio conta com 490 vagas, embora sua população normalmente oscile entre 800 a 1000 detentos, ocasionando superlotação.

Em relação à implantação do processo eletrônico restou informado que, apesar de se tratar de evolução inevitável, a adoção integral do formato virtual em sede de execução penal nas comarcas de Florianópolis e Criciúma, com concentração dos atos processuais no único Cartório Judicial Remoto, situado na Capital, permitiu antever as seguintes dificuldades para o regular exercício das atividades ministeriais:

a - encaminhamento de documentos e petições em desordem cronológica;

b - remessa desnecessária à Promotoria de Justiça, demonstrando automação e falta de análise pelo Cartório Judicial Remoto;

c - falta de disponibilização, para consulta, das execuções penais apensas, notadamente em situações de execução simultânea de mais de uma condenação;

d - concentração dos atos processuais em um único volume, sem instauração de incidentes apensos, ocasionando a formação de elevado número de páginas, o que dificulta a análise e a fiscalização do cumprimento da pena;

e - existência de documentos em duplicidade;

f - inexistência de termos de juntada e de informações de datas da liberação de documentos;

g - demora na atualização das informações no Sistema de Automação da Justiça – SAJ, mesmo após a devolução com manifestação, constando a informação de “vista” ao *Parquet* após dias do peticionamento eletrônico;

h - demora e, por vezes, descumprimento das decisões judiciais por parte do Cartório Remoto;

i - existência de somente um Cartório Judicial Remoto, sendo o mesmo para todos os processos de execução penal das comarcas de Criciúma e de Florianópolis (os colegas externaram, ainda, a preocupação de que este mesmo cartório, com sua estrutura atual, venha a atender a expansão do modelo eletrônico para a VEP Regional de São José ou para outras localidades);

j - demora da tramitação dos pedidos de benefícios formulados pelos reeducandos;

k - remessa de feitos para unidades do Ministério Público distintas das que deveriam ser encaminhadas (sem atribuição na execução);

l - inexistência, no processo eletrônico, das provas coletadas em audiência;

m - descumprimento da Lei Federal 12.714/2012.

Além destes apontamentos, importante mencionar a ausência de calculadora de penas que atenda de maneira uniforme ao Estado e a existência de diversas interfaces para o acesso ao processo eletrônico, a saber: pelo Ministério Público, o SIG – sistema de informação e gestão do MPSC; pela Defensoria Pública e pela *internet*, mormente utilizada pelos advogados, o que pode gerar “visões” diferentes do feito.

Mencionou-se, por fim, a instalação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CPMA, uma parceria do estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, com o Ministério Público Estadual e com o Poder Judiciário, que tem obtidos bons resultados no cumprimento de penas em meio aberto, notadamente penas restritivas de direitos.

4. **Reunião com o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina:** Greve dos agentes penitenciários: o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Santa Catarina informou que, apesar da existência de acordo de reposição salarial ainda vigente e com prazos pendentes, a classe, talvez inflamada por benefícios recebidos por outras categorias, deflagrou ao movimento.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, entretanto, já havia se manifestado em ação proposta pela Procuradoria-Geral do Estado, determinando a imediata cessação da greve. Não obstante, a greve, em desrespeito à ordem emanada do Tribunal, ainda permanecia, embora enfraquecida em determinados locais. Por consequência, a Procuradoria-Geral do Estado estudava outras medidas a serem adotadas contra os renitentes, dentre as quais a instauração de processos administrativos para a responsabilização dos servidores públicos.

Narrou-se que a greve influenciou na "queda do cadeião", que já suportava superlotação. Ao que parece, o movimento grevista dificultou o trânsito de detentos, incrementando tal superlotação, bem como o atendimento a direitos como o "banho de sol". Em decorrência da situação, o Poder Judiciário, na semana que antecedeu a visita desta equipe da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), atendeu a pedido do Ministério Público, já manejado em novembro de 2013, determinando a interdição da Central de Triagem da Capital (Estreito), que foi esvaziada.

A falta de vagas suficientes, não obstante, ao que parece somente será solucionada com a construção da Central de Triagem da Região Metropolitana, que se pretende instalada em São José-SC. Ocorre que a implantação tem enfrentado a resistência do Poder Executivo local, o que demandará a adoção de medidas judiciais para superar a dificuldade.

5. No dia 01.04.2014, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) as seguintes

reuniões e atividades:

6. **Ministério Público Estadual:** Visita à 14ª Promotoria de Justiça de São José, com atribuições na execução penal, oportunidade em que o Promotor de Justiça João Carlos Teixeira Joaquim externou a boa situação atual da Penitenciária de São Pedro de Alcântara e os esforços para impedir a ocorrência de superlotação (com as possíveis consequências dela provenientes), em decorrência da "queda do cadeião". Salientou, também, a aquisição, com recursos próprios, de calculadora de pena que vem permitindo a boa consecução dos serviços ministeriais na comarca.

7. **Poder Judiciário Estadual:**

Exma. Sra. Juíza de Direito Alexandra Lorenzi da Silva, titular da Vara Regional de Execuções Penais de São José: a Juíza de Direito teceu ponderações acerca da greve dos agentes penitenciários, com reflexos na suspensão do mutirão carcerário, bem como acerca da "queda do cadeião", o que tem gerado pressão para a transferência de presos para as unidades que estão sob sua responsabilidade, a saber, a Penitenciária de São Pedro de Alcântara e a Colônia Penal Agrícola de Palhoça. No Estado de Santa Catarina, a entrada e a saída de presos das unidades prisionais são realizadas mediante autorização judicial.

Juiz de Direito Laudenir Fernando Petroncini, titular da Vara de Execuções Penais de Florianópolis: dentre outros assuntos, destacam-se as preocupações acerca do Cartório Remoto, somando-se ou reforçando aquelas já descritas pelos Promotores de Justiça, a falha na categorização das peças processuais nos processos digitalizados, as remessas desnecessárias também ao Juiz de Direito, atraso no cumprimento das decisões judiciais, ausência de cadastramento de histórico de partes de quase metade dos processos em tramitação relativos a reeducandos em regime fechado ou semiaberto, ausência de saneamento dos processos por parte do cartório e atrasos de benefícios pleiteados pelos presos.

O Juiz de Direito ponderou que, ao que parece, a estrutura de

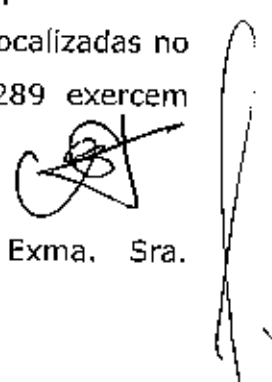
pessoal inicialmente alocada para atender à comarca de Criciúma (primeira que aderiu ao processo eletrônico) não contou com incremento quando passou a cumular também a VEP de Florianópolis. A contrário, possivelmente houve diminuição do quadro pela movimentação natural da administração de recursos humanos (exonerações, remoções etc). Por consequência, apesar da boa iniciativa e da provável contribuição que o processo eletrônico trará, atualmente há necessidade de reforço e capacitação dos colaboradores do cartório remoto para que ele atenda seu mister.

8. **Estabelecimento prisional estadual:** Visita realizada em conjunto com o Promotor de Justiça e com a Juíza de Direito com atribuições para a inspeção prisional: Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

Em reunião prévia à inspeção, que contou com a presença do membro do Ministério Público (Promotor de Justiça João Carlos Teixeira Joaquim) e do Poder Judiciário (Juíza de Direito Alexandra Lorenzi da Silva) acima citados, bem como com o Diretor da unidade, Edemir Alexandre Camargo Neto, João Batista Saturnino, gerente de atividades laborais, Sandoval Miguel, gerente de revisões criminais e Tatiana Silva, gerente de saúde, ensino e promoção social, foi notada a superação do contexto que, em 2012, levou a unidade prisional a situação de crise.

Nessa visita, foram constatadas condições satisfatórias de infraestrutura, gestão, segurança (apesar da greve) e serviços de saúde. As condições sanitárias são adequadas, havendo limpeza das instalações, ventilação e insolação suficientes para promover a salubridade da unidade. A penitenciária dispõe de 1117 vagas e este número corresponde à sua atual população. A unidade conta com parcerias de trabalho, localizadas no interior de sua estrutura predial, e, dentre os detentos, 289 exercem atividade laboral interna.

9. **Poder Executivo Estadual:** Reunião com a Exma. Sra.





Secretária de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina, Ada Lili Faraco de Luca, a qual contou com a presença do Secretário Adjunto da SJC, Sady Beck Júnior (que assumiria o cargo de Secretário Estadual de Justiça e Cidadania na mesma semana, em decorrência do afastamento da atual Secretária), de Roberto Carlos Garcia, Diretor de Planejamento, Leandro Antonio Soares Lima, Diretor de Administração Prisional, Carolini de C. V de B. Portão, Corregedora da SJC, Rafael Rocha, Gerente de Execuções Penais do DEAP, Wanderléa M. Machado, Coordenadora da Central de Penas Alternativas e do Promotor de Justiça Onofre José Carvalho Agostini, Coordenador do CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal.

No decorrer desta reunião, a SJC descreveu as providências já adotadas e por adotar para a criação da Central de Triagem da Região Metropolitana em São José, salientando a resistência do Poder Executivo local para a iniciativa, bem como de outra unidade prisional em Blumenau, o que equacionaria a superlotação lá existente. Nesta localidade também o obstáculo encontrado para a construção diz respeito ao local de instalação, embora não haja resistência local.

Mencionou-se a perspectiva de concurso público por terminar e, passado o período eleitoral, também por ser encetado, visando ao aumento de número de vagas de agentes penitenciários no estado.

### **III - Conclusão:**

10. Não se constatou, especificamente durante o desenvolvimento desta iniciativa, inércia ou qualquer apontamento inadequado acerca da atuação do Ministério Público, com atribuições para a execução penal no Estado de Santa Catarina.

Anota-se que as reuniões e a visita à Penitenciária de São Pedro de Alcântara referidas neste relatório frutificaram com a aproximação institucional entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o

Ministério Público de Santa Catarina, o Poder Judiciário de Santa Catarina, além do Poder Executivo Estadual.

Não obstante a não constatação de inércia por parte do Ministério Público Estadual, ao menos no transcurso da atividade ora relatada, e com a finalidade de acompanhar a evolução das providências relatadas, **conclui-se** este relatório sugerindo a instauração de Procedimento Interno de Comissão (PIC), para organizar e manter troca de informações com o Ministério Público de Santa Catarina, visando


a) acompanhar da criação da Central de Triagem da Região Metropolitana, em São José-SC;

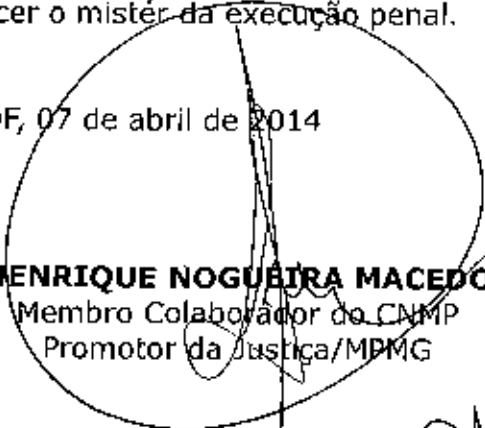
b) acompanhar a criação de outra unidade prisional em Blumenau-SC;

c) acompanhar a criação de vagas, a abertura de editais, a nomeação e o efetivo provimento de agentes penitenciários em Santa Catarina;

d) acompanhar a evolução do processo eletrônico e o funcionamento do cartório virtual, uma vez que o sistema deve prover o Ministério Público de condições para exercer o mister da execução penal.

Belo Horizonte-MG/Brasília-DF, 07 de abril de 2014

  
**ANA CECÍLIA JUNQUEIRA GOUVÊA**  
Membro Colaborador do CNMP  
Promotora de Justiça/MPMG

  
**HENRIQUE NOGUEIRA MACEDO**  
Membro Colaborador do CNMP  
Promotor da Justiça/MPMG

**Decisão:**

**Aprovo** este Relatório de Iniciativa e **determino** à Secretaria da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) que cumpra a(s) conclusão(ões) acima, solicitando-se

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

informações na forma do(s) despacho(s) de instauração do(s) respectivo(s)  
Procedimento(s) Interno(s) de Comissão (PIC).

  
**ALEXANDRE B. ZOSOSA SALIBA**

Conselheiro do CNMP

Presidente da Comissão